

CLIPPING

17 de Agosto de 2018
O Liberal – Atualidades, 08

Alagamentos da cidade são atribuídos à “gestão pública” ineficiente

“Na maior parte de Belém, os alagamentos não ocorrem pela falta de políticas públicas, mas pela má execução delas”, disse o professor Pedro Paulo Soares, pesquisador do Programa de Apoio à Reforma Urbana da Universidade Federal do Pará (Paru/UFPA), durante o seminário Quintas urbanas - perspectivas sobre os alagamentos e inundações em Belém: resistência e planejamento urbano. O evento foi realizado pelo Paru ontem à tarde, em parceria com um representante do Departamento de Sociologia da Indiana University Bloomington - United States of America, no auditório do Institu-

to de Ciências Exatas e Naturais da universidade, no Guamá.

O objetivo da programação é politizar a questão dos alagamentos na cidade, que, segundo Pedro Paulo, ainda é vista erroneamente como um evento natural. “É necessário deixar claro que esse problema não se dá apenas em função das chuvas e das marés. É um problema de gestão. E a população mais atingida é a mais pobre, que é mais vulnerável”, explicou. “Na academia, essa discussão pode ser mais qualificada junto aos alunos que pesquisam na área de desenvolvimento urbano, planejamento urbano e direito à cidade”.

Afirmando que a falta de manutenção é fator agravante dos alagamentos ocasionados diante de políticas públicas que não deram certo, o pesquisador destaca que os impactos incluem danos materiais, danos morais e danos à saúde. “Um dos exemplos que não deram certo foi a Macrodrenagem da Bacia do Una, cujo modelo está sendo replicado em outras bacias, como a do Tucunduba e a da Estrada Nova. Esse tipo de política deveria ser pensada com a participação da população”, afirmou. “Os moradores perdem móveis e eletrodomésticos. Perdem documentos, livros, bens de valor

emocional. E a saúde pública é prejudicada porque a água que invade as casas geralmente está contaminada com resíduos e coliformes fecais, causando diarreia e doenças de pele”, concluiu.

A programação contou com uma mesa de debates acerca do tema. Também contou com a presença de representantes da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), que falaram do problema de alagamentos da área para a coordenadora do Núcleo de Defesa dos Di-

reitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará, Juliana Oliveira, e para o analista em ciência e tecnologia do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Flávio Augusto Altieri dos Santos, coordenador do aplicativo Aqui Alaga.

O técnico em enfermagem Alexandre Costa, que mora no Una, critica as obras na Bacia do Una. “Moro neste perímetro desde 1985. As inundações são resultantes das irregularidades e omis-

sões por parte do poder público na Bacia do Una, após a ‘conclusão’ do Projeto de Macrodrenagem. Na quarta-feira, por conta daquela chuva de quinze minutos em Belém, a área alagou mais uma vez. A minha casa encheu de água. E o que potencializa nossa revolta é ver que uma obra cara dessa não atingiu sua plenitude funcional”, reclamou. “Um dos motivos é o Canal do Galo, que transborda porque o nível de assoreamento é absurdo”, disse Alexandre.